

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ELVIRA DAYRELL
ISEED/FAVED

ADILSON GERALDO CIRILO

IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO DO EDUCANDO

JAÚ/SP

2018

ADILSON GERALDO CIRILO

**IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO DO EDUCANDO**

Monografia apresentada à Instituição de Ensino Superior como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista do Programa de Pós-Graduação *Lato sensu* em Alfabetização e Letramento

Orientador (a): Prof. Dr. Márcio César Chiachio

JAÚ/SP

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Documentação Universitária

CIRILO, ADILSON GERALDO

Importância da família no processo de alfabetização do educando / Adilson Geraldo Cirilo – Jaú – SP, 2018.

36p.; 30 cm

Monografia – Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell,
Programa de Pós-Graduação *Lato sensu* em Alfabetização e
Letramento

Orientador: Prof. Dr. Márcio César Chiachio

1. Educação Superior. 2. Didática. 3. Alfabetização

FOLHA DE APROVAÇÃO**ADILSON GERALDO CIRILO****IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO DO EDUCANDO**

Monografia apresentada à Instituição de Ensino Superior como requisito parcial para obtenção título de Especialista do Programa de Pós-Graduação *Lato sensu* em Alfabetização e Letramento

Aprovada em: ___/___/2018

Examinadores:

Prof. Coordenador

Instituição de ensino superior

Prof. Orientador

Instituição de ensino superior

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida.

A minha família pelo incentivo, apoio e compreensão nos momentos em que necessitei estar ausente.

Aos professores que permanecem firmes e incansáveis na missão de ensinar.

EPÍGRAFE

*“Os filhos não precisam de pais gigantes, mas de seres humanos que falam a sua linguagem e sejam capazes de penetrar-lhes o coração (...)
Educar é ser um artesão da personalidade, um poeta da inteligência, um semeador de ideias”*

(Augusto Cury)

CIRILO, Adilson Geraldo, **Importância da família no processo de alfabetização do educando**. 2018, 36 f., Monografia – Pós-Graduação *Lato sensu* em Alfabetização e Letramento – Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell – Jaú, 2018.

RESUMO

O objetivo principal foi o de revisar e refletir sobre a importância da família no processo de alfabetização do educando, considerando que a criança inicia o processo de alfabetização através de atividades da vida diária, a partir do uso de materiais escritos, juntamente com figurativos, disponíveis na casa. O presente trabalho foi dividido em quatro capítulos, onde o primeiro capítulo apresenta a definição e a diferença de alfabetização e letramento. No segundo capítulo tem-se uma reflexão do conceito de família. O terceiro capítulo, possui uma discussão sobre família e escola: parceria necessária. Finalmente, no quarto capítulo tem-se um compilado sobre o envolvimento dos pais na vida escolar do educando.

Palavras-chave. Alfabetização; Aprendizagem; Família

CIRILO, Adilson Geraldo, **Importance of the family in the process of literacy of the student**. 2018, 36f., Final Paper – *Lato sensu* Graduate Studies in Literacy and Literacy – Higher Education Institute Elvira Dayrell – Jaú, 2017.

ABSTRACT

The main objective was to review and reflect on the importance of the family in the literacy process of the learner, considering that the child initiates the literacy process through activities of daily living, using written materials, together with figurative, available at home. The present work was divided in four chapters, where the first chapter presents the definition and the difference of literacy and literacy. In the second chapter we have a reflection of the concept of family. The third chapter discusses family and school: a necessary partnership. Finally, in the fourth chapter we have compiled about the involvement of parents in the scholar's school life.

Key words. Literacy; Learning; Family

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<u>CAPÍTULO 1</u>	
Alfabetização e letramento.....	13
<u>CAPÍTULO 2</u>	
Conceito de família.....	16
<u>CAPÍTULO 3</u>	
Família e escola: parceria necessária.....	21
<u>CAPÍTULO 4</u>	
Envolvimento dos pais na vida escolar do educando.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

A colaboração família-escola tem sido bastante enfatizada, como uma das metas para a educação no milênio que se inicia, como pode ser observado no relatório elaborado para a UNESCO (DELORS, 2000). Estudos recentes têm sido desenvolvidos nessa direção, mostrando as vantagens dessa parceria para a escola e para os alunos (DINUCCI, 1997; BHERING & SIRAJ- BLATCHFORD, 1999; MCBRIDE, 1999).

Tanto a família quanto a escola surgem como instituições responsáveis por desencadear processos evolutivos nas pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do crescimento físico, intelectual e social de um indivíduo (POLONIA & DESSEN, 2005).

Não se contesta que a criança inicia o processo de alfabetização através de atividades da vida diária, a partir do uso de materiais escritos, juntamente com figurativos, disponíveis na casa (CASTANHEIRA, 1992). Já se efetuaram trabalhos que visavam à caracterização dos usos da escrita pela família como modelos ou condições de estimulação da criança, aproximando-a desses materiais. Através de investigações longitudinais feitas por diversos grupos de pesquisadores (HEATH, 1982; ANDERSON & TEALE, 1987; WOOD 1987 apud PEREIRA & ALBUQUERQUE, 1994) verificou-se que há diferenças na relação da criança com o processo de aprendizagem, principalmente no que tange à escrita, decorrentes do ambiente no qual está inserida. Tais diferenças parecem existir, em princípio, de acordo com o contexto familiar, isto é, este determinaria em grande parte como a criança estabelece relações com diferentes objetos propícios à alfabetização, e também interferiria na natureza e qualidade de sua interação com os pais.

No ambiente escolar, o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais da criança é realizado de uma maneira mais estruturada e pedagógica que no ambiente doméstico. Dessa maneira, a família e a escola são parceiras fundamentais no desenvolvimento de ações que favoreceram o sucesso escolar e social das crianças, formando uma equipe.

Os laços afetivos formados dentro da família, quando positivos, favorecem o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa. Quando negativos, porém, podem dificultar o desenvolvimento, gerando problemas de

ajustamento e dificuldades de interação social. Os vínculos afetivos, a autoestima, o autoconceito e as formas de interação social são fortemente influenciados pelas figuras parentais (DESSEN & POLONIA, 2007).

Assim, a importância e a influência da família como agente educativo é inquestionável. Por exemplo, o estabelecimento de um vínculo afetivo saudável entre os pais e seus filhos pode desencadear o desenvolvimento de padrões interacionais positivos e de repertórios salutares para enfrentar as situações cotidianas, o que permite um ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes em que ele participa (MARQUES, 2001), incluindo a própria escola. Por outro lado, filhos cujos pais vivem frequentemente situações de estresse, ansiedade e medo têm dificuldades em interagir com outras pessoas e exibem um repertório de comportamentos limitado para lidar com o seu ambiente.

A escola, por sua vez, é um contexto multicultural e diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, onde pessoas com características diferenciadas estabelecem interações contínuas e complexas, constroem laços afetivos e se preparam para se inserir na sociedade. É, portanto, uma instituição fundamental não apenas para a transmissão do conhecimento socialmente elaborado, mas também para a preparação dos alunos para a vida, contribuindo para o seu desenvolvimento e propiciando recursos para a evolução intelectual, social e cultural do homem (DESSEN & POLONIA, 2007).

Na medida em que constituem os dois principais ambientes do desenvolvimento humano, seria importante existir uma maior ligação entre a escola e a família. No projeto pedagógico da escola deveria ser inserido um espaço para valorização, reconhecimento e trabalho com as práticas educativas familiares, pois esse é um importante recurso nos processos de aprendizagem dos alunos (FERREIRA & BARRERA, 2010).

Para as mesmas autoras, as práticas familiares, podem incidir num bom rendimento escolar da criança, na medida em que os pais demonstrem interesse pelas atividades e pelos conteúdos escolares. É importante que a criança sinta que a família valoriza e se preocupa com a sua aprendizagem, estimulando-a na realização das demandas escolares, como a frequência à escola e a realização dos deveres de casa, por exemplo.

Nogueira (1998) explica que a participação dos pais na vida escolar dos filhos pode influenciar de modo efetivo o desenvolvimento escolar dos filhos, visto que o convívio familiar exerce forte influência no desenvolvimento escolar da criança, em especial na educação infantil, pois nessa fase a criança não apresenta maturidade para dissociar o contexto escolar do contexto familiar.

Pode-se perceber que a educação percorre o ambiente escolar e o familiar. A interação entre ambos é de extrema importância para o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

Assim sendo, o objetivo do presente trabalho foi realizar uma pesquisa bibliográfica para descrever brevemente a importância da família no processo de alfabetização do educando.

O conteúdo, visando a didática, foi dividido em quatro capítulos: 1. Alfabetização e letramento, 2. Conceito de família, 3. Família e escola: parceria necessária, 4. Envolvimento dos pais na vida escolar do educando.

1 – ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Alfabetizar uma criança é ensiná-la a ler e escrever, tornando-a um indivíduo com a capacidade de ler e escrever, a alfabetização é a ação de alfabetizar. Temos também o letramento, um termo recente na língua portuguesa. O letramento é o resultado da ação de ensinar e aprender. O indivíduo alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever, o letrado é aquele que faz uso da escrita e da leitura socialmente, consentindo adequadamente às demandas sociais. Dizer que um sujeito é letrado é diferente de dizer que o mesmo seja alfabetizado, pois, apropriar-se da leitura e da escrita não é a mesma coisa que saber ler e escrever. Ao aprender a ler e escrever o indivíduo adquire procedimento e ao apropriar-se da escrita ele assimila como sua propriedade (SOARES, 2010).

O conceito de letramento surgiu de uma ampliação progressiva do próprio conceito de alfabetização.

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa apresenta a seguinte definição estrita de alfabetização. Ela é o “ato ou efeito de alfabetizar, de ensinar as primeiras letras”. Assim, uma pessoa alfabetizada é entendida como aquela que domina as “primeiras letras”, que domina as habilidades básicas ou iniciais do ler e do escrever.

Ao longo do século XX, porém, esse conceito de alfabetização foi sendo progressivamente ampliado, em razão de necessidades sociais e políticas, a ponto de já não se considerar alfabetizado aquele que apenas domina o sistema de escrita e as capacidades básicas de leitura e escrita, mas aquele que sabe usar a linguagem escrita para exercer uma prática social em que essa modalidade da língua é necessária.

Mas não é apenas o ambiente alfabetizador que deve articular, na sala de aula, alfabetização e letramento. Esses dois processos, embora diferentes, são indissociáveis também no processo de aprendizagem inicial da linguagem escrita. O trecho seguinte de Soares (2004) esclarece essa indissociabilidade:

“Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização –,

e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a linguagem escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonemagrafema, isto é, em dependência da alfabetização”

A prática pedagógica em relação à leitura e a escrita não nasce de repente, é o resultado de uma tentativa de ruptura com constituído e a procura de uma continuidade, uma ligação com o passado. Por isso, para entender as práticas pedagógicas da alfabetização é necessário que se adote uma perspectiva histórica e se examine a história metodológica. As práticas pedagógicas evoluem de acordo com as necessidades e circunstâncias sociais e econômicas. A escrita e a leitura antes eram privilégio da elite, com as mudanças revolucionárias ocorridas no século XVII passa a ser uma necessidade o uso da escrita, democratizando-a, o que permite que a sociedade passe a ter necessidade de cidadãos alfabetizados e produtivos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996, p.60): “Educar no âmbito da legislação brasileira é um processo de corresponsabilidade família/ Estado/sociedade e passa necessariamente pela educação escolar”. Por isso, todos têm o direito de ir à escola e o Estado tem o dever de atender a esse direito no Brasil. Em 2006, a duração do ensino fundamental passou a ser de nove anos. As crianças com seis anos de idade já entram no ensino fundamental com um passo importante para o processo de democratização. A proposta de duração de nove anos para o ensino fundamental tem a ver com a ampliação de uma possível educação de qualidade. É obrigatório que as crianças, ao completarem 6 anos de idade, sejam matriculadas no ensino fundamental. Antes da transição de 2006, o ensino fundamental tinha duração de 8 anos e a idade obrigatória para matricular-se no ensino fundamental era de 7 anos de idade.

A inclusão das crianças de seis anos no ensino fundamental provoca uma série de indagações sobre o que e como se deve ou não as ensinar nas diferentes áreas do currículo. Todavia, independentemente de qualquer coisa,

as crianças têm o direito de estar numa escola estruturada de acordo com uma das muitas possibilidades de organização curricular que favoreçam a sua inserção crítica na cultura. Elas têm direito a condições oferecidas pelo Estado e pela sociedade que garantam o atendimento de suas necessidades básicas em outras esferas da vida econômica e social, favorecendo mais que uma escola digna, uma vida digna.

2 – CONCEITO DE FAMÍLIA

O ser humano nasce em uma situação de dependência extrema, e tem de ser atendido e alimentado porque não tem como defender-se. É o ser da natureza que mais precisa de ajuda do seu semelhante para tornar-se independente, sendo que nunca o será totalmente. (RAMOS, 1990).

Em um processo histórico, por uma questão de sobrevivência os homens precisaram unir-se em grupos para sobreviver. Chegar à idade adulta era muito difícil, tamanhas as dificuldades enfrentadas na natureza. Essa consciência resultou em centenas de anos de tentativas até que, finalmente, os homens perceberam que em grupos a chance de se manterem vivos era maior. Dessa época, do chamado grupo primitivo, até chegar a nossa atual e complexa formação familiar, passaram-se milênios. (ORSI, 2003).

Movido pelas necessidades básicas de sobrevivência e segurança, foi criando meios de organização e de defesa para sobreviver na natureza. À medida que ia se organizando, ia criando também um jeito todo especial de articulação e hierarquia entre os membros daquela sociedade.

E a humanidade desenvolveu-se a tal ponto que o processo de surgimento das comunidades torna-se uma necessidade. Com os grupos instalados, cultivando a terra, e com os animais domesticados, os instrumentos de trabalho se aperfeiçoam. Até essa época, a família era o grande grupo. Ensinar e aprender eram uma relação quase que hereditária. Dentro do grupo, os conhecimentos eram transmitidos de geração a geração.

Entre os séculos XIV e XVIII, os relatos nos mostram uma sociedade sem adolescentes. A vida é dividida em três grandes momentos: a infância considerada o período da dependência; a idade da guerra, em que os homens vão defender suas terras e seus países; e a idade sedentária, que compreende os homens da lei, adultos. (ARIÈS, 1981).

Diante desse contexto que acontece a Revolução Industrial, que tem como principal característica as grandes máquinas. O sistema capitalista se instala, e estamos, então, no século XVIII. Grandes transformações ocorrem no modo de organização da sociedade. As mulheres, que estavam confinadas em suas casas, são “convocadas”, juntamente com suas crianças, a trabalhar nas indústrias. Indo trabalhar fora de casa, fica com uma carga horária exorbitante

(cerca de 17 horas por dia). Dessa forma a mulher ajuda a transformar a família, no cenário social (ORSI, 2003).

E a história não para. Chegamos ao século XX. A ciência avança velozmente: surge a pílula anticoncepcional, garantindo independência à mulher, que pode decidir se quer e quando quer constituir família. Algumas, porém, tornam-se responsáveis sozinhas pelos lares. Então, a mulher, que já tem dupla jornada de trabalho, fica com menos condições de acompanhar os filhos no seu desenvolvimento, e conseqüentemente no processo escolar. Alguns homens acabam perdendo espaço dentro das famílias. A conquista do divórcio gera novos conceitos de família, que, antes considerada nuclear, ganha novas configurações. (MACEDO, 1994)

Atualmente podemos verificar que o modelo familiar vem sofrendo algumas transformações e para constatar isso Oliveira (2009) explica que essas configurações familiares que vêm ocorrendo são em decorrência do início do processo de industrialização, o advento da urbanização, a abolição da escravidão, a organização da população e a emancipação da mulher. Além disso, a autora ressalta que os costumes que marcaram época podem ou não estar distantes de nossos costumes, pois os conceitos evoluíram ou, até mesmo, mudaram de denominação, mas, se estudarmos esses conceitos atualmente, poderemos verificar que, muitos deles, ainda estão presentes na sociedade, ainda que de forma oculta.

Segundo Miguel *et al.* (2009), as transformações ocorridas na sociedade e na economia acarretam grandes mudanças na estrutura familiar. Surgem configurações familiares diferentes, além da diminuição no seu tamanho. Temos hoje um grande número de famílias reconstituídas, fruto de separações, divórcios e novas uniões. As relações familiares estão mais complexas, visto que:

- Aumentou a participação feminina no mercado de trabalho;
- Maior liberdade sexual, e por isso as pessoas podem definir os parceiros e o número de filhos;
- Grande número de famílias chefiadas por mulheres.

Diante das transformações na sociedade e nas famílias, podemos imaginar que as crianças e os adolescentes tenham sido influenciados

negativamente. Todavia, em pesquisa realizada por Orsi (2003) na Universidade Católica do Rio Grande do Sul, onde os envolvidos eram adolescentes advindos de famílias originais, e outros de famílias reconstruídas, pode-se concluir que a configuração familiar existente não é o principal elemento para uma família ser ou não feliz e ter ou não prosperidade.

Para compreendermos melhor as transformações ocorridas na instituição familiar, é necessário conhecer o conceito de família. Enfim, o que é família? Qual a sua importância na sociedade e o seu papel?

O termo família origina-se do latim “famulus” que significa conjunto de servos e dependentes, de um chefe ou senhor, que vivem sob um mesmo teto (HOUAISS, 2001). Entre os chamados dependentes inclui-se a esposa e os filhos. Assim, a família greco-romana compunha-se de um patriarca e seus “fâmulos”: esposa, filhos, servos livres e escravos (PRADO, 1981).

Samara (1998) conceitua família como uma instituição social fundamental, de cujas contribuições dependem todas as outras instituições, justifica-se dada a importância do tema para entender a natureza das sociedades, tanto no presente como no passado.

Nader (2006) defende que a família constitui uma instituição social, composta por mais de uma pessoa física, que se irmanam no propósito de desenvolver, entre si, a solidariedade nos planos assistencial e da convivência ou simplesmente descendem uma da outra ou de um tronco comum.

No que diz respeito à participação da família na aprendizagem é necessário partir do pressuposto de Souza (2012) que afirma que a criança, desde seu nascimento, ocupa um espaço dentro da família. É nela que se encontram os primeiros professores e ensinamentos, os quais refletirão e perdurarão por toda vida adulta, permitindo que seus membros se desenvolvam em todos os aspectos, de forma integral. No entendimento de Dias (2011), a família é um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social, cuja estruturação se dá por meio do direito. A autora ainda reforça que a família é uma construção cultural que dispõe de estruturação psíquica na qual todos ocupam um lugar, ou seja, possuem uma função – lugar do pai, lugar da mãe, lugar dos filhos, sem, entretanto, estarem necessariamente ligados

biologicamente. É essa estrutura familiar que interessa investigar para o direito. É a preservação do 'LAR' no seu aspecto mais significativo.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio Casarin (2007) afirma que a família é um sistema no qual os indivíduos desenvolvem a interação e a percepção de si mesmos e dos outros de forma complexa. É no sistema familiar que são expressas as inquietações, as conquistas, os medos e as metas pessoais. Para tanto, é necessário preservar a individualidade dos seus membros e ao mesmo tempo preservar o sentimento coletivo. Isso representa uma forma de apoio mútuo em família.

Ferrari e Kaloustian (1994) destacam que o papel da família é decisivo tanto na educação formal quanto na informal de modo que os seus valores morais e éticos sejam absorvidos, laços de solidariedade entre os indivíduos sejam aprofundados e os valores culturais de uma geração para a outra construídos.

De acordo com Nascimento (2006), na família os indivíduos se relacionam e trocam experiências, visto que é, ao mesmo tempo, um espaço de conflito cooperativo e um espaço determinante de bem-estar através da distribuição de recursos, passando muitas vezes a refletir diretamente dúvidas, aspirações e questões pessoais. Na família os filhos e demais membros encontram o espaço que lhes garantem a sobrevivência, desenvolvimento, bem-estar e proteção integral através de aportes afetivos e, sobretudo, materiais.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), o conceito de família foi ampliado, passando a ser intitulada base da sociedade e definida como a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. O que quer dizer que a constituição federal concebe o poder da família e seus membros, sendo a família a base da sociedade.

Queiroz e Torres (2009) afirmam que as relações na família burguesa, eram rigorosas. O marido era autoridade dominante e a mulher menos capaz, preocupava-se com o lar e seu interesse concentravam-se nos filhos. Um novo grau de intimidade e profundidade emocional caracterizou as relações entre pais e filhos dessa classe. Acrescentam ainda que não se deve pensar que a família contemporânea seja um padrão homogêneo, é preciso situá-la historicamente,

de acordo com as mudanças no tempo e no espaço considerando fatores econômicos, sociais e culturais.

Como dito inicialmente, existem fatores econômicos e sociais que fizeram com que ocorressem tais mudanças, as autoras mencionadas anteriormente afirmam que esses fatores como a urbanização e a emancipação da mulher ocasionara uma degradação da unidade familiar.

Entretanto, independente da evolução social e das modificações no modelo de família, está ainda é e sempre será a responsável pela formação da personalidade e do caráter da criança. Assim, a família deverá fornecer bases educacionais e todo o apoio necessário à escola para que a criança tenha um desenvolvimento escolar pleno, social e de caráter.

Atualmente, os pais são menos autoritários e mais liberais e por muitas vezes permitem que seus filhos mandem em si mesmos. Segundo Queiroz & Torres (2009) isso acontece por que a contemporaneidade vem culminar em um processo de socialização iniciado com a industrialização. Este proletarizou a mão de obra, do mesmo modo a socialização da reprodução proletarizou a paternidade. A socialização dos filhos abandonou em larga medida a esfera doméstica.

É importante salientar que o amor entre pais e filhos influenciará e muito na aprendizagem da criança fazendo com que a mesma seja satisfatória e saudável. Em um sentido mais amplo, educação significa o meio em que os hábitos, costumes e valores de uma comunidade são transferidos de uma geração para a geração seguinte. A educação vai se desenvolvendo por meio de situações presenciadas e experiências vividas por cada indivíduo ao longo da sua vida (VELOSO, 2014).

3 – FAMÍLIA E ESCOLA: PARCERIA NECESSÁRIA

As crianças, quando chegam à escola, já levam conhecimentos, hábitos, cultura, costumes e valores adquiridos no ambiente familiar. Sendo assim, a educação começa bem antes de chegarem à escola e a família possui um papel central no desenvolvimento da criança. No ambiente escolar terão acesso a uma educação formal, farão uma aprendizagem relacionada com a lecto-escrita, ou seja, a leitura e a escrita de uma maneira formal, enquanto em casa, têm acesso à linguagem oral com liberdade de se expressar naturalmente. Família e escola são dois ambientes educacionais diferentes, mas com objetivos em comum no desenvolvimento da aprendizagem.

Diante disso, é importante que desde a educação infantil se construa uma parceria família-escola. Segundo Nicolau (2000), família e escola devem-se falar e ouvir um ao outro. O conhecimento a respeito desses e de outros aspectos é de suma importância, pois a criança sente a necessidade de interagir e ser acolhida, tanto pelos profissionais da escola quanto pela família.

Silva (2011) explica que o objetivo central deve ser o desenvolvimento pleno das crianças e o seu bem-estar. Desta forma, a relação família - escola é de relevante importância, pois interfere diretamente no desenvolvimento integral da criança.

Segundo Neta e Silva (2014), as relações e interações entre família-escola-criança funcionam como forte influência para o desenvolvimento da alfabetização da criança.

Galvão (1995), discorre que essa relação família - escola, sendo uma experiência diferente do familiar, também reflete na formação da personalidade da criança. Além disso, é preciso que o ambiente onde a criança convive atenda suas necessidades básicas e lhe ofereça segurança, pois o meio interfere no desenvolvimento da criança.

Para Bispo (2015), essas duas entidades precisam unir-se, com um único objetivo, que é o de educar e fortalecer a criança para enfrentar as barreiras que vão surgindo no meio dessa longa caminhada, que é o desenvolvimento e a aprendizagem. Quando não existe a parceria entre escola e família, ambas as partes ficam enfraquecidas. Dessa forma, a falta da família na escola acaba acarretando vários problemas no processo de ensino e aprendizagem dos filhos

e, por outro lado, quando a convivência na escola não é boa, a convivência familiar também é afetada.

Atualmente, há um crescente reconhecimento nas teorias do desenvolvimento, educacional e sociológica de que escola e pais são instituições fundamentais na socialização e educação da criança. Parece que os pais estão buscando uma participação mais efetiva na aprendizagem de seus filhos, assumindo o papel de mediadores entre a bagagem familiar que a criança carrega e a realidade escolar (GROLNICK & SLOWIACZEK, 1994).

Apesar de alguns pais mostrarem interesse na aprendizagem dos filhos, parece ser difícil assumir esse papel. É preciso refletir melhor sobre essa dificuldade e respeitar o interesse dos pais bem como suas ansiedades e angústias como educadores (ALTHUON *et al.*, 1996). Segundo essas mesmas autoras, existe pouca bibliografia que trata especificamente de trabalho com pais na escola, embora seja fundamental essa interação para a aprendizagem da criança. Parece ser difícil e pouco explorada em nossa realidade a parceria entre pais e escola, o que acaba despertando nos pais mais interessados algumas curiosidades em relação à alfabetização de seus filhos e também algumas dificuldades para participar mais efetivamente desse processo.

Para Silva (2011), a equipe escolar desempenha um papel importante, desenvolvendo projetos para que a família seja inserida na escola, de modo que a escola ofereça aos pais, a oportunidade de acompanhar e entender o que é trabalhado na escola e assim, ter um efetivo entendimento quanto ao desenvolvimento de sua criança. Desse modo, conseguiremos ter crianças mais interessadas, bem como se desenvolvendo de acordo com seu potencial.

É importante ressaltar que os primeiros dias na creche e/ou escola de educação infantil são fundamentais para o início da construção de uma relação família - escola baseada na confiança, troca e diálogo. De acordo com Silva (2011), a família precisa estar em parceria com a escola para elevar a qualidade da educação e o respeito ao educando, pois toda forma de diálogo, parceria, ajuda, respeito ao próximo, troca de ideias e experiências, é importante para o desenvolvimento de um relacionamento prazeroso para a escola, família e sobretudo as crianças.

Diante disso, de acordo com a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) a educação inicial da criança se dá na família e também na comunidade. Diante dessa informação, é muito importante que haja uma interação adequada entre a escola e a família. Um momento precioso é o período de adaptação da criança, fase fundamental para a troca de conhecimentos entre pais e escola e para a constituição de laços de confiança entre eles (VELOSO, 2014).

Segundo Casarin (2007), a falta ou escassez de relações familiares adequadas, devido ao pouco tempo de convívio, provoca a carência das funções materna e paterna, fragiliza os laços amorosos. Além disso, é importante discutir a respeito das lições de casa que, na maioria das vezes, ao invés de tornar-se algo prazeroso acaba sendo para alguns alunos um pesadelo. Há pais que são pacientes e que fazem questão de ajudar os filhos na tarefa de casa e a paciência do adulto em ajudar a criança é o que faz com que a aprendizagem seja adequada, por outro lado existem aquelas famílias que não motivam seus filhos a aprender, quando a criança está com dificuldade agride verbalmente e desiste de ajudá-la, isso faz com que autoestima do aluno decaia e que ele perca o interesse em estudar. Fraga (2012) explica que o resultado dessa troca produz efeitos sobre a autoestima da criança e no seu desenvolvimento.

Neste sentido, Goulart (2013) afirma que é crucial que a instituição respeite e valorize a cultura das diferentes famílias envolvidas no processo educativo. Além disso, deve estimular a participação ativa dos pais, padrastos e outras figuras masculinas da família no cuidado e na educação, como base de uma educação não-discriminatória, que contribua para superar a visão (paradigma) de que tal responsabilidade é exclusiva das mulheres. A criança precisa de afetividade e compreensão para sentir-se segura nos processos de aprendizagem. Um ambiente desfavorável provoca a depreciação do amor, do sentimento de incapacidade e, conseqüentemente, um comportamento social comprometido.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Casarin (2007) esclarece que a criança precisa de afetividade e compreensão para sentir-se segura nos processos de aprendizagem. Um ambiente desfavorável provoca a depreciação do amor, do sentimento de incapacidade e, conseqüentemente, um comportamento social comprometido.

Os papéis da família e da escola, antes prioritariamente repressores, modificaram-se ao longo das últimas décadas e que uma das principais diferenças, segundo Costa (2000), refere-se à transmissão do conhecimento, pois antigamente, essa transmissão dava-se apenas na escola, a agência por excelência destinada à transmissão dos conhecimentos acumulados pela sociedade, enquanto que à família cabia ensinar valores e padrões de comportamento. Nesse ínterim, cabia à escola ensinar e à família educar na verdadeira acepção dos termos. Todavia, segundo o mesmo autor, atualmente, a família tem passado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos e espera que os professores transmitam valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal. Se justificam alegando que trabalham cada vez mais, não dispendo de tempo para cuidar dos filhos. Além disso, acreditam que educar em sentido amplo é função da escola.

Nesta perspectiva, Leite e Gomes (2008), ressaltam a importância da participação da família na escola e enfatizam a necessidade do envolvimento da instituição familiar na aprendizagem de tal forma que a mesma está prevista em lei.

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente reconhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, define e assegura em seu artigo 12 que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VI – Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica (BRASIL, 1996 adaptado).

O Documento Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) reafirma seu dever com o atendimento à família, bem como o direito que é assegurado por lei, em que os pais devem ter acesso à rotina pedagógica da instituição, a fim de saber o que seu filho aprendeu ou irá aprender na educação infantil:

Art. 53. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

Desta maneira, podemos inferir, que a criança e a família têm seus direitos assegurados, bem como o dever da família em relação à escola.

Os documentos acima mencionados, garantem o atendimento da criança em creches e pré-escolas, sendo assim um dever do estado e não somente da família. Todavia, a não participação dos pais na educação de seus filhos acarreta o desconhecimento sobre o processo pedagógico desenvolvido na escola.

Entretanto, sabe-se que muitas famílias não participam efetivamente do cotidiano escolar dos filhos e, conseqüentemente, influenciam negativamente no desenvolvimento do aluno em sala de aula. Na tentativa de reverter esse processo, os educadores buscam estratégias para que os pais se envolvam mais no processo de aprendizagem através de reuniões, que são utilizadas para relatar o que acontece na escola e com o aluno e/ ou promovem atividades de integração entre pais e filhos. Apesar de todo o esforço, nem sempre os pais comparecem nestes eventos, frustrando as expectativas da escola e sobretudo, de seus filhos (FRAGA, 2012).

Fraga (2012) ainda ressalta o quanto é complicado quando os pais não participam da vida escolar de seus filhos ou quando inventam desculpas de que não podem faltar no trabalho ou por outra coisa fazendo com que a relação entre família e escola seja fracassada.

Ribeiro e Lomônaco (2002) aponta que uma das formas mais eficazes de ganhar a confiança dos pais, é abordar assuntos relacionados à vida escolar de seus filhos, escutar e debater propostas que visam esclarecer assuntos conflituosos para ambas as partes.

A escola tem como papel primordial estimular a construção do conhecimento nas áreas do saber, consideradas fundamentais para o processo de formação de seus alunos. É verdade que a modernidade trouxe uma série de mudanças, inclusive na família, mas tal realidade não impede a instituição familiar de seu papel educador primordial ao desenvolvimento e integração do filho à sociedade (LEITE & GOMES, 2008).

Atualmente, as famílias estão transferindo a educação de seus filhos para a instituição de ensino, pois além desta transmitir conhecimentos específicos também acham que tem a função de passar princípios morais e cívicos para os filhos/alunos chegando até a passar a impressão de estar desautorizando os pais, pois acaba exercendo funções que eram da instituição familiar. Diante disso, Tavares (2013) ressalta que a família é a primeira grande referência das crianças. Toda vez que elas fazem algo e dão o seu melhor, precisam que alguém reconheça a qualidade daquilo que foi realizado. E as pessoas mais importantes durante a infância são os pais.

Pais e professores devem estar sempre unidos para que tenham alicerce em uma educação participativa e rentável psicologicamente. O importante não é apenas saber ler e escrever, mas formar e ser formado. Não podemos culpar e escolher um culpado. Devem se unir e trabalhar todos juntos, refletindo na formação do sujeito e em seu futuro cultural e social (FORMIGA, 2007).

Diante disso, família e escola, trabalhando juntas, têm a responsabilidade de transmitir normas e valores necessários para a formação do indivíduo. A responsabilidade maior é da família, pois deve estar constantemente em contato com a criança na fase da formação e do desenvolvimento. Tendo consciência da sua responsabilidade na educação da criança, a família não deve delegar essa responsabilidade para as instituições educacionais, já que as duas instituições têm que estar sempre em parceria para alcançar o crescimento e a inserção do indivíduo na sociedade (STIMIESKI, 2010).

4 – ENVOLVIMENTO DOS PAIS NA VIDA ESCOLAR DO EDUCANDO

É muito importante para o desenvolvimento, a formação do educando e para a aprendizagem da criança, a participação e a afetividade dos pais no contexto escolar, de forma a apoiar, encorajar e estimular os filhos. O envolvimento, o interesse dos mesmos com a escola vai criar uma relação fundamental e de grande importância para o desenvolvimento cognitivo, cultural, emocional e social da criança.

As crianças, em vários momentos, sentem dificuldades no processo de aprendizagem, nas tarefas escolares que lhes são estabelecidas. Precisam que alguém apoie nesses momentos de dificuldades e lhes restabeleça a confiança nas suas capacidades (VILLAS-BOAS, 2001 apud PICANÇO, 2012).

Assim, cabe aos pais estimular e apoiar seus filhos, independentemente do desempenho dos mesmos, pois o estímulo e o apoio propiciam o bom desenvolvimento e formação do educando.

Os pais devem dar oportunidades para as crianças se desenvolverem, sem muita proteção ou pressão, sem compará-las com outras crianças, com a finalidade de que as crianças possam formar um conceito positivo de si mesmas.

O convívio familiar e suas relações são de grande importância para o processo de alfabetização da criança, principalmente para a lacto-escrita, condição em que as crianças constroem hipóteses sobre a escrita e seus usos a partir da sua vida social (NETA & SILVA, 2014).

Ao interagir em casa nas mais diversas situações com os filhos, os pais podem oferecer objetos e condições que favoreçam a aprendizagem da criança, quando acreditam que fazem parte deste processo. O espaço que os pais identificam como contribuidor da família para o sucesso na alfabetização, seu engajamento e sua responsabilidade nesse processo determinarão em grande parte suas condutas no cotidiano com os filhos, permitindo a esses adultos a identificação de situações promissoras para a aprendizagem da leitura e da escrita da criança (DINUCCI, 1997). Todavia, enxergar a potencialidade de diferentes ocasiões, tais como leitura de rótulos e preços de supermercado, discussões a partir de programas de TV e, naturalmente, uso de livros, revistas e outros impressos do cotidiano da criança, só acontecerá se os pais (e, eventualmente, os demais membros da família) tiverem a convicção de que tais

interações são efetivamente contribuidoras para a aprendizagem da leitura e da escrita. Além disso, não basta identificar tais situações, mas perceber que a responsabilidade de as promover é também da família.

Segundo Neta e Silva (2014), as famílias ao interagirem, participarem e integrarem-se nos ambientes escolares e nas atividades pedagógicas contribuirão para o desenvolvimento dos trabalhos e projetos educativos, incluindo seus conhecimentos no ambiente educacional. É importante que os pais tenham conhecimento do projeto político pedagógico da instituição e se interessem pelo desenvolvimento do mesmo, assim têm a oportunidade de participar e entender o que ocorre com seus filhos no ambiente escolar.

Para as mesmas autoras, muitos pais não compreendem sua função e a importância de sua participação na vida escolar de seus filhos, muitos transferem a responsabilidade de educar para a escola, esquecendo que, com isso, podem estar contribuindo para o fracasso ou ruptura do desenvolvimento ensino-aprendizagem da criança.

Nos estudos de Guzzo (1990), Amm & Juan (1994) e Anderson (1995), o envolvimento e acompanhamento dos pais é um fator bastante contribuidor na aprendizagem da criança seja no cotidiano do lar, seja em parceria com a escola. Apesar dos obstáculos encontrados no cotidiano como por exemplo o trabalho fora de casa, pode-se considerar que há pais interessados no processo alfabetização ao que tange à disponibilidade de seu tempo para dedicação à aprendizagem de seus filhos. Isso parece indicar uma conscientização desses pais em relação ao seu papel nesse contexto e também da importância da parceria com a escola.

A pesquisa de Grolnick e Slowiaczek (1994) descobriu que, se professores percebem que os pais são envolvidos, atendem melhor ao aluno na escola; se o filho percebe pais como envolvidos, podem ser influenciados pelo comportamento dos pais, no que se refere à importância que dão à escola. Por outro lado, filhos que tiram boas notas podem levar mães a serem mais envolvidas e mãe envolvida influencia o envolvimento do pai.

Já a pesquisa brasileira de Freitas *et al.* (1994) revelou um dado inesperado, pois, das nove variáveis analisadas nesse estudo, como possíveis determinantes do envolvimento de pais na vida escolar do aluno, apenas duas

mostraram forte relação com envolvimento: série cursada pelo filho e horário de trabalho do pai, quando se esperava que fosse o horário de trabalho da mãe a mostrar tal resultado. Isso indica que o grau de envolvimento dos pais com os estudos dos filhos parece ser influenciado por duas grandes dimensões: o nível de necessidade do filho e a disponibilidade do pai, e não da mãe. Como a esta vem cabendo, na medida do possível, o acompanhamento escolar do filho, talvez seja preciso reavaliar o papel do pai, quando presente na família, em relação ao aspecto educacional da criança e do jovem.

Muitos estudiosos, preocupados com essa problemática, e no intuito de restituir aos pais a sua capacidade de criar filhos em condição de serem bem-sucedidos em sua vida escolar futura, projetaram formas e torná-los mais envolvidos desde muito cedo, com as aprendizagens importantes para o desenvolvimento da criança. Uma dessas formas foi idealizada por Feuerstein (1980) e recebeu o nome de Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI), que visa a uma ampliação do potencial de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, mesmo daqueles mais comprometidos cognitivamente. O mesmo objetivo tem o programa MISC (Mediational Intervention Sensitizing) de Pnina Klein (1992), que se preocupa com a preparação de mães ou outras pessoas que cuidem de crianças, para serem boas mediadoras de aprendizagens importantes para o desenvolvimento das mesmas.

Diante do exposto, os pais que cooperarem ativamente da vida escolar de seus filhos, estão colaborando para o desenvolvimento e crescimento da aprendizagem, mas quando não há essa colaboração, participação, por parte dos mesmos, o insucesso escolar emerge, o fracasso escolar e o desgaste familiar têm uma relação no processo ensino-aprendizagem.

A educação que a criança recebe dentro do âmbito familiar cumpre um papel primordial na construção do sujeito. As práticas e atitudes dos pais na educação e criação de seus filhos têm influência no desenvolvimento, e logo influenciam o comportamento da criança na escola (VYGOTSKY, 1984 apud MEDEIROS, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, em parceria com a família, pode desenvolver uma boa aprendizagem das crianças, uma sociedade mais democrática e pluralista. Ambas desempenham funções muito importantes para desenvolvimento da criança e da alfabetização. É muito importante que se tenha um respeito mútuo entre elas, favorecendo uma confiança e competência na atuação de cada uma.

Sendo a Educação Infantil o início da vida escolar da criança, é necessário que o profissional envolvido esteja qualificado para lidar com as famílias, consciente de que nem todas terão a mesma reação diante da solicitação de sua participação ativa na vida escolar de seu filho. Afinal, sabe-se que alguns pais sentem realmente a necessidade dessa interação com a escola e, por isso, são mais acessíveis. Em contrapartida, outros, precisam ser conscientizados de sua importância no desenvolvimento do processo de aprendizagem de seu filho.

Assim sendo, a missão da escola não é fácil, exige preparo e habilidade para conviver com estas situações. É necessário a busca incansável de ideias que atraiam os pais à escola, para assim, sentirem-se imprescindíveis na formação global de seu filho, não somente na formação do caráter e do comportamento.

REFERÊNCIAS

AMM, R.; JUAN, S. A parent education success story: the parents as teachers program in the US and Australia. *Australian Journal of Early Childhood*. 19(2): 10-15, 1994.

ANDERSON, J. How parents' perceptions of literacy acquisition relate to their children's emerging literacy knowledge. *Reading Horizons*. 35 (3): 209 – 228, 1995.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BISPO, Maria Aparecida Taveira. A importância da participação da família no ensino e aprendizagem escolar das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista Eventos Pedagógicos*, v.6, n.2, 15ª ed., p. 160-169, jun/jul 2015.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

_____, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de julho de 1990.

_____, Ministério da Educação e Cultura, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9394, 1996.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 3v. 1999.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ampliação do ensino fundamental para nove anos: 3º relatório do programa / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/relatorio_internet .pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/relatorio_internet.pdf)>. Acesso em: 31 nov. 2016.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CASARIN, Nelson Elinton Fonseca. Família e a Aprendizagem escolar. Porto Alegre, 2007.

CASTANHEIRA, M.L. Da escrita no cotidiano à escrita escolar. *Leitura: Teoria e Prática*. 11 (20): 34 – 45, 1992.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Disponível em: <http://www.escola2000.org.br/pesquise/texto/textos_art.aspx?id=3> Acesso em: dez. 2016.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 8. ed. rev. atual. São Paulo: Livraria do Advogado, 2011.

DI NUCCI, E.P. Participação de pais na alfabetização de filhos em pré-escola: estudo de representações. Dissertação de Mestrado, 1997. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. SP. Brasil.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Silvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (Org.). Família brasileira: A base de tudo. 2. ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1994.

FORMIGA, Nilton Soares. Pais e professores como explicação de variáveis do rendimento escolar. *Psicologia*, Paraíba, 2007. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textoS.A0342.pdf>>. Acesso em: 02 março de 2018.

FRAGA, Fernanda Rocha. A participação dos pais no processo de escolarização dos filhos. 2012. Disponível em: <http://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-participacao-dos-pais-no-processo-de-escolarizacao-dos-filhos>.

GALVÃO, Izabel. Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOULART, Claudia Augusta. A importância da Família na Educação Infantil. Disponível em: <http://www.ideiacriativa.org/2013/07/a-importancia-da-familia-naeducacao.html>. Acesso em: 11/12/2016.

GROLNICK, W.S.; SLOWIACZEK, M.L. Parent's involvement in children's schooling: a multidimensional conceptualization and motivation model. *Child Development*. (65): 237 – 252, 1994.

GUZZO, R.S.L. A família e a educação: uma perspectiva da interação família-escola. *Estudos de Psicologia*. 7(1): 135 – 139, 1990.

HOUAISS, Antonio. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 1.0, Rio de Janeiro, RJ (Brasil): Editora Objetiva Ltda., dez. 2001. 1 CD-ROM.

LEITE, Eliane Gonçalves; GOMES, Haydê Morgana Gonçalves. O papel da família e da escola na aprendizagem escolar: Uma análise na Escola Municipal José Teobaldo de Azevedo no Município de Limoeiro-PE. Pernambuco, 2008.

MACEDO, Rosa Maria. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n.91, p.62-68, Nov, 1994.

MARQUES, Ramiro. *A Escola e os Pais: Como Colaborar?* São Paulo: Texto Editora, 1997.

MEDEIROS, Mariel de Souza Azevedo. Fatores que ocasionam as dificuldades de aprendizagem no processo de alfabetização: uma revisão bibliográfica, 2012. Disponível em http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/.50645.pdf. Acesso em: 27 fevereiro de 2018.

MIGUEL, Lucia Oliveira dos Santos; BRAGA, Eliane Rose Maio. A importância da família no processo de aprendizagem, visando ao sucesso escolar. Programa de Desenvolvimento Educacional – 2008/2009. Universidade Estadual de Maringá. Paraná, 2009. Acesso em: 10/12/2016.

NADER, Paulo. *Curso de Direito Civil. Vol. 5 - Direito de Família*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. População e família Brasileira: Ontem e hoje. Caxambu- MG – Brasil, 2006. Disponível em: http://143.107.236.240/disciplinas/SAP5846/populacao_familia_nascimento_abep06.pdf. Acesso em: 15/12/2016.

NETA, Emília Santana Vieira; SILVA, Débora Regina Machado. Importância da Família na Alfabetização da Criança. Revista Interação, Ano X, número 2, 2º semestre de 2014. Disponível em: http://vemprafam.com.br/wp-content/uploads/2016/11/4_A-importancia-da-familia-na-alfabetizacao-da-crianca.pdf. Acesso em: 10 de março de 2018.

NICOLAU, M.L.M. Escolarização e socialização na educação infantil. São Paulo: Editora, 2000.

NOGUEIRA, Raimundo Augusto. Mudanças na sociedade contemporânea. In: Mundo Jovem. São Paulo. 1998.

OLIVEIRA, Nayara. Hakime Dutra. Recomeçar: família, filhos e desafios [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 97885-7983-036-5. Available from SciELO Books Acesso em: 03/12/2016.

ORSI, Maria Julia Junqueira Scicchitano. A família atual: constituição, organização e repercussão na educação dos filhos e na aprendizagem escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2003.

PEREIRA, P.A. Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família. In Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 48, Ano XVI. São Paulo, Cortez, 1995.

PEREIRA, T.N.C.; ALBUQUERQUE, L.N.M. Convivendo com os usos da escrita antes da escola. Série Documental - MEC. Relatos de Pesquisa. (21): 4 – 25, 1994.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. A relação entre família e escola, 2012. Disponível em: <<http://www.comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2264/AnaPicanço.pdf>>. Acesso em: 27 fevereiro de 2018.

POLONIA, Ana da costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. *Psicologia escolar e educacional*, v.9, n.2, p.303-312, 2005. Disponível em: <<http://www.repertorio.unb.br/handle/10482/6226>>. Acesso em: 4 março de 2018.

PRADO, Danda. *O que é família?* São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1981.

QUEIROZ, Maristela Gomes. TORRES, Nilza Aparecida. *Relação entre pais e filhos: As transformações familiares ocorridas historicamente determinadas*. 2009. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1341/1279>

RAMOS, Magdalena. *Introdução à Terapia Familiar*. São Paulo: Ática, 1990.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 4 ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1998.

SILVA, Ana Teresa G. A. M. da. *A construção da parceria família–creche: expectativas, pensamentos e fazeres no cuidado e educação das crianças*. 2011.188p. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo-São Paulo, 2011.

SILVA, Aurea Pereira; AGUIAR, Daniela Fernandes; XAVIER, Daniela Lisboa; OLIVEIRA, Eriene Nunes; NOVASCO, Elin Mary de Lima. *A influência da família no processo ensino-aprendizagem*. 2005. 82p. Monografia – Centro Universitário de Brasília – Brasília, 2005.

SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, 2004.

SOUZA, Jacqueline Pereira. *A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança*. 2012. Disponível em: http://www.apec.org.br/extra/artigos_cientificos/A_importancia_da_familia_no_

processo_de_desenvolvimento_da_aprendizagem_da_crianca.pdf. Acesso em: 10/12/2016.

STIMIESKI, Ivone Terezinha. A importância da família no processo de alfabetização do educando. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.peadtcc156734.pbwoks.com/f/IVONE+versão>> Acesso em: 03 março de 2018.

TAVARES, Adriana. A construção da autoestima. Educar para crescer. São Paulo, p.47, set.2013.

VELOSO, Daniele Gino. Afetividade e aprendizagem: o papel da família e da escola. 2014. 34p. Monografia – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá. Paraná, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.